

ANÁLISE PARCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AGENTES E ATORES BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2015 A 2018

Flávia Eliana de Melo Colucci, flaviaeliana@hotmail.com, UNESP/Tupã

Josiane Tamires Santos Silva

Isabela de Freitas Benvindo

Mara Gracia da Cunha Estefani de Souza

Angélica Góis Morales

Resumo

Esta pesquisa é parte de uma pesquisa maior que visa relatar como foi (ou está sendo) construída a política ambiental com foco em gestão e educação ambiental no Brasil, e quais as principais estratégias utilizadas na execução dessas políticas na gestão de governo entre 2015 a 2018. Para tanto, buscou-se neste artigo como objetivo realizar um levantamento, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, das principais Instituições, Órgãos Públicos, Programas, Organizações, eventos e atores engajados em Políticas Públicas de educação ambiental, que se destacaram nos quatro últimos anos, no intuito de se realizar no futuro uma reflexão de como estava a educação ambiental no País antes do início do atual governo. Este artigo concluiu que a educação ambiental no Brasil, por meio de todos seus agentes, atores, instituições e organizações, nos anos pesquisados, apresentou um quadro estruturado, organizado, robusto para a implementação e difusão das políticas públicas em EA em todo o território nacional. Assim, esta pesquisa servirá de suporte de comparação de programas e projetos em educação ambiental no futuro.

Palavras chave: educação ambiental; políticas públicas; agentes e atores ambientais.

Abstract

This research is part of a larger research that aims to report how was (or is being) built the environmental policy focused on environmental management and education in Brazil, and what are the main strategies used in the implementation of these policies in government management from 2015 to 2018. To this end, the aim of this article was to carry out a survey, through a bibliographic and documentary research, of the main Institutions, Public Agencies, Programs, Organizations, events and actors engaged in Public Policies of environmental education, which stood out in the last four years, in order to hold in the future a reflection of how was the environmental education in the country before the beginning of the current government. This article concluded that environmental education in Brazil, through all its agents, actors,

institutions and organizations, in the years surveyed, presented a structured, organized, robust framework for the implementation and diffusion of public policies in EE throughout the national territory. . Thus, this research will serve as a support for comparing programs and projects in environmental education in the future.

Keywords: environmental education; public policy; environmental agents and actors.

Resumen

Esta investigación es parte de una investigación más amplia que tiene como objetivo informar cómo se construyó (o se está) la política ambiental centrada en la gestión y educación ambiental en Brasil, y cuáles son las principales estrategias utilizadas en la implementación de estas políticas en la gestión gubernamental de 2015 a 2018. Para este fin, el objetivo de este artículo fue realizar una encuesta, a través de una investigación bibliográfica y documental, de las principales instituciones, organismos públicos, programas, organizaciones, eventos y actores involucrados en las políticas públicas de educación ambiental, que se destacaron en el Los últimos cuatro años, con el fin de mantener en el futuro un reflejo de cómo era la educación ambiental en el país antes del comienzo del gobierno actual. Este artículo concluyó que la educación ambiental en Brasil, a través de todos sus agentes, actores, instituciones y organizaciones, en los años encuestados, presentó un marco estructurado, organizado y robusto para la implementación y difusión de políticas públicas en EE en todo el territorio nacional. . Por lo tanto, esta investigación servirá como soporte para comparar programas y proyectos en educación ambiental en el futuro.

Palabras clave: educación ambiental; políticas públicas; agentes y actores ambientales.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de políticas públicas é definido como um caminho de disposições públicas encaminhado a cultivar a estabilização social ou a inserir disparidades dedicadas a transformar os fatos (SARAVIA, 2006).

Segundo Rúa (1998, p. 1), citado por Rey (2014), ao se estudar Políticas Públicas verifica-se que sua evolução teve relação profunda com as atitudes dos governos e as necessidades e anseios das pessoas da sociedade.

Neste sentido, observa-se que a questão ambiental transcorre pelo âmbito social e político, pois as discussões que permeiam as relações entre humanos e meio ambiente, têm demonstrado a importância do assunto no tocante as políticas públicas e a necessidade de transformar o pensar, o agir e o modo de atuação da sociedade nos dias de hoje (ARNALDO; SANTANA 2018).

Contudo, entende-se que atualmente o Estado isolado não mais é capaz de suprir as fragilidades sociais, o que provoca o surgimento de instituições privadas como

Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e até empresas, que trabalham ou não em conjunto com o Estado, na intenção de preencherem a lacuna aonde o governo não consegue chegar (ANDRADE et al., 2014).

No entanto, os debates que abordam as políticas públicas em EA, assim como seus atores envolvidos, precisam ponderar e compreender que projetos e atuações oriundas do Estado fortalecem a atuação da coletividade, o que determina a resolução de certas questões (ARNALDO; SANTANA 2018).

Nesse entendimento, Sorrentino e Biasoli (2018) observam que a EA precisa ser entendida como uma política pública estruturante, uma vez que a soma total de ações, projetos e programas pontuais e desconexos, embora valorizados, pouco contribuem para o enfrentamento do problema como um todo.

As leis condizentes com as Políticas públicas em EA como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA), são importantes para que o processo de ambientalização continue, mas é preciso ter cautela, pois, os interesses de atores do setor privado seguem velados no âmbito das decisões, e acabam por inserir retrocessos ambientais dos quais já se presenciaram em anos anteriores.

Por fim, conclui-se que seja qual for à ótica de apreciação das políticas públicas, esta implica em estabelecer uma nova atitude, consistindo em o Poder Público atuar de maneira ativa em defesa do meio ambiente para que se evite sua total decomposição, além da necessidade da participação da sociedade na proteção do meio ambiente (COUTINHO 2008).

Diante do exposto, e sendo esta pesquisa, parte de uma pesquisa maior que visa relatar como foi (ou está sendo) construída a política ambiental com foco em gestão e educação ambiental no Brasil, e quais as principais estratégias utilizadas na execução dessas políticas na gestão de governo entre 2015 a 2018, buscou-se neste artigo como objetivo realizar um levantamento das principais Instituições, Órgãos Públicos, Programas, Organizações, eventos e atores engajados em Políticas Públicas de EA que se destacaram nos quatro últimos anos, no intuito de futuramente realizar uma reflexão de como estava a Educação Ambiental no País antes do início do atual governo.

2 METODOLOGIA

Para a implementação desta pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico das principais publicações científicas que abordam a temática, assim como, buscas em periódicos científicos, revistas e jornais, e em sites oficiais como: Ministério do Meio Ambiente (MMA), ProNEA e, em bases de dados como Scielo e Google Acadêmico.

3 RESULTADOS

Segundo Rey (2014), a construção das Políticas Públicas em EA possui os seguintes atores envolvidos:

- a) Políticos, como: prefeitos, vereadores, deputados, etc;
- b) Partidos políticos;
- c) Burocracia estatal, como: agentes do governo e funcionários da administração;
- d) Grupos de interesse, como: grupos organizados que normalmente defendem interesses setoriais e, na sua grande maioria privados, podendo ser empresários ou um sindicato, por exemplo;
- e) Cidadão comum: formador do público na sociedade atual, que apesar de possuir um papel de legitimador no sistema da democracia representativa como eleitor, tem pouca influência na formulação de políticas públicas. No Brasil, seu histórico de pressões relevantes é pontual e apequeno em relação a outras democracias;
- f) Mídia. Por meio das comunicações de massa, é capaz de relatar, identificar e filtrar problemas e realidades ao grande público. Seu poder de persuasão e manipulação é gigantesco como formador de opinião e, portanto, temerário visto seu poder em mobilizar outros atores de acordo com seu interesse;
- g) Agentes Internacionais, como: Banco Mundial e FMI;
- h) ONG's ambientais;
- i) Organizações de pesquisa, como: Think Tanks e a academia.

Tendo como referências a listagem sugerida por Rey (2014), a seguir estão elencados os atores, instituições e grupos de interesse que estiveram envolvidos com as Políticas Públicas em EA nos anos de 2015 a 2018.

3.1 Políticos e Burocracia

Em se tratando dos representantes de governo e membros do Ministério do Meio Ambiente e do Departamento de Educação Ambiental entre 2015 a 2018 temos os seguintes contextos:

Quadro 1. Representantes do governo e membros do MMA e DEA entre 2015 a 2018

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2015 e 2016	Presidente: Dilma Rousseff Vice-Presidente: Michel Temer	IZABELLA TEIXEIRA	REGINA HELENA CRESPO GUALDA	RENATA ROZENDO MARANHÃO
2017	Presidente: MICHEL TEMER	JOSÉ SARNEY FILHO	EDSON DUARTE	RENATA ROZENDO MARANHÃO
2018	Presidente: MICHEL TEMER	EDSON DUARTE	REJANE PIERATTI	RENATA ROZENDO MARANHÃO

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As secretarias do MMA possuíam as seguintes hierarquias entre 2015 a 2018:

Figura 1. Organograma das Secretarias do Ministério do Meio Ambiente



Fonte: Site do MMA

Os órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas em EA no Brasil são:

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política, ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira (BRASIL).

MEC – Ministério da Educação e Cultura. Trata da política nacional de educação em geral, compreendendo: ensino fundamental, médio e superior; educação de jovens e adultos, seja profissional, especial ou à distância; informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; e magistério (BRASIL).

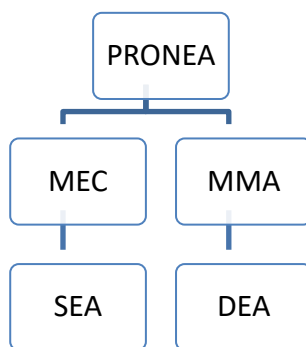
MMA – Ministério do Meio Ambiente. Tem como missão formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável (BRASIL).

DEA - Departamento de Educação Ambiental. Responsável pela formulação e elaboração de políticas públicas de educação ambiental não-formal e informal, sua missão é apoiar a efetiva implementação da PNEA e do ProNEA, colaborando para a construção de uma sociedade mais sustentável (BRASIL).

SEA – Secretaria Executiva Adjunta. Compete assistir ao ministro na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do ministério e das entidades a ele vinculadas; auxiliar o ministro na definição de diretrizes e na implementação das ações em educação; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos da informação e informática, recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do ministério (BRASIL).

Na figura 2 temos o organograma dos órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas em EA no Brasil.

Figura 2. Formuladores e executores de políticas públicas em Educação Ambiental



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no site MMA.

Já, os órgãos responsáveis pela fiscalização e também pela execução das políticas públicas em EA são:

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. Responsável pela proteção e melhoria do meio ambiente e possui a seguinte estrutura: Órgão superior: Governo; Órgão consultivo e deliberativo: CONAMA; Órgão central: MMA; Órgãos executores: IBAMA e ICMBio; Órgãos seccionais: entidades estaduais; e, Órgãos locais: entidades municipais (BRASIL).

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Tem como objetivos: conservar as espécies, recursos e águas brasileiras, proteger as espécies de extinção, preservar os ecossistemas entre outras funções (BRASIL).

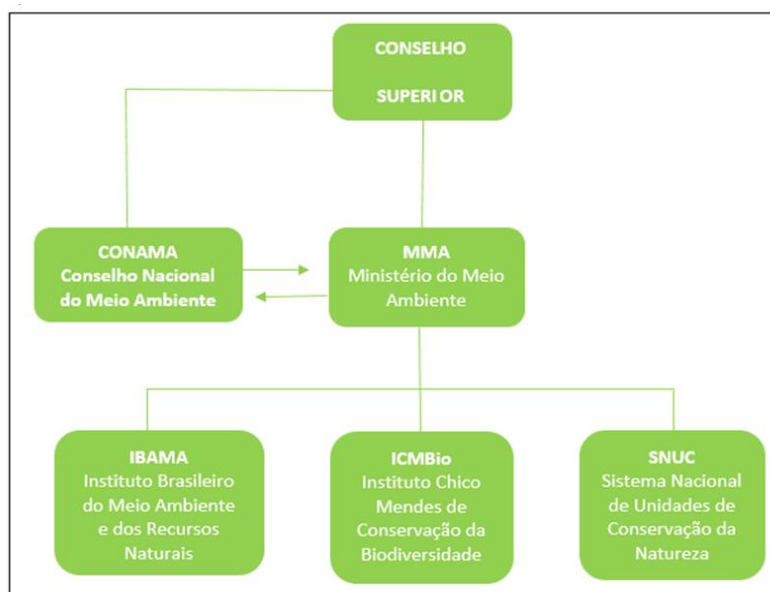
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), composto pelo: Plenário, CIPAM (Comitê de Integração de Políticas Ambientais), Grupos Assessores, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Possui o objetivo de apresentar ao Governo ações que promovam a preservação ambiental (BRASIL).

ICMBio - Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade. Tem como finalidade executar as ações em áreas de conservação, bem como executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais (BRASIL).

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Possui a missão de proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, executando as ações de competência federal (BRASIL).

Na figura 3 temos o organograma do SISNAMA.

Figura 3. Organograma do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no site MMA.

As ações e Políticas Públicas em EA desenvolvidas pelo DEA entre os anos de 2015 a 2018 foram:

A) ProNEA

O ProNEA consiste numa referência de planejamento e implementação de ações em EA para instituições governamentais e não governamentais brasileiras, implementando três linhas de ação: Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no País; Formação de Educadoras e Educadores Ambientais; Comunicação para Educação Ambiental.

A.1) Gestão e Planejamento da Educação Ambiental no País

Essa linha de ação se propõe a apoiar o planejamento, a avaliação, a gestão, a administração e a internalização da EA no governo e na sociedade, por meio da construção e da apropriação do ProNEA.

A.2) Formação de Educadores Ambientais

Essa linha de ação consiste na potencialização de processos de formação de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações das instituições que atuem com atividades ambientais de caráter pedagógico.


A.3) Comunicação para Educação Ambiental

Com a comunicação, o departamento busca dar visibilidade pública à temática da sustentabilidade, contribuindo para a EA do público em geral e subsidiando a sociedade, o poder público e os educadores ambientais para o desenvolvimento de programas e projetos.


B) EDUCOMUNICAÇÃO

A Educomunicação é uma linha de ação do ProNEA que cuida da articulação de ações comunicação para a EA. Em atendimento à lei 9795/99 da PNEA, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade. Os projetos da Educomunicação são:


b.1) Coleciona: Fichário do Educador Ambiental

	O Coleciona é uma produção com o objetivo de fornecer informações, textos, experiências e ações na área de EA. O foco do fichário é trazer reflexões de autores diversos, onde se destacam posicionamentos críticos, de acordo com princípios da Política Nacional de Educação Ambiental, que motivem o intercâmbio e a discussão de experiências do fazer, do saber técnico, acadêmico e popular (BRASIL, MMA).
---	--


b.2) Circuito Tela Verde

	O Circuito Tela Verde promove regularmente a Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, que reúne vídeos com conteúdo socioambiental para serem exibidos em todo território nacional e em algumas localidades fora do país. O objetivo da Mostra é divulgar e estimular atividades de EA, participação e mobilização social por meio da produção independente audiovisual, bem como atender a demanda de espaços educadores por materiais pedagógicos multimídias (BRASIL, MMA).
---	---


b.3) Projeto Salas Verdes

	<p>O Projeto Salas Verdes foi instituído no ano 2000, com o objetivo de atender às demandas de inúmeras instituições que buscavam no MMA publicações para subsidiar suas ações de EA. Foi inicialmente concebido com foco considerável no caráter biblioteca verde que estes espaços poderiam assumir, e a partir do desenvolvimento e da evolução do Projeto, passou-se a visualizar as Salas Verdes como espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver atividades diversas de EA como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas (BRASIL, MMA).</p>
---	---

b.4) Plataforma Educares: Práticas de EA e Comunicação Social em Resíduos Sólidos

	<p>Mais de 200 experiências sobre educação ambiental e comunicação social com resíduos sólidos estão disponíveis na plataforma virtual EducaRES. Essa nova ferramenta digital tem o objetivo de divulgar ações que ajudem a enfrentar os desafios da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) proporcionando aos gestores, catadores de material reciclável e cidadãos em geral, a oportunidade de buscar boas iniciativas de todas as regiões do país (BRASIL, MMA).</p>
---	--

b.5) Concurso de Redação Copa Verde

	<p>A Copa Verde é uma iniciativa que busca levar o futebol a regiões pouco exploradas pelas grandes competições, aliando aos eventos o conceito de sustentabilidade (BRASIL, MMA).</p>
--	--

b.6) Telecentros

Programa permanente de apoio a telecentros em áreas protegidas (UCs e Terras Indígenas) e comunidades tradicionais, em parceria com os Ministérios do Planejamento, da Ciência & Tecnologia e das Comunicações. Consolida espaços educativos onde se otimiza a participação das populações nas atividades de gestão ambiental (plano de uso, manejo comunitário, monitoramento socioambiental, vigilância territorial, etc) (BRASIL, MMA).

C) FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

O MMA, por intermédio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, propôs um novo desenho para o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais - PNC, que buscou impulsionar positivamente a gestão ambiental compartilhada, resultando em melhorias na realização das atividades técnicas e administrativas relacionadas à questão ambiental. Nesse sentido, O PNC foi criado para atender aos anseios dos estados e municípios, como uma estratégia de fortalecimento do SISNAMA, e de qualificação da gestão ambiental, visando capacitar gestores, servidores, técnicos ambientais e outros atores sociais para colaborarem com a estruturação de políticas no contexto federativo, envolvendo a responsabilização e o

empoderamento dos entes nas três esferas de governo. Com base no site do MMA, os projetos desenvolvidos nesta linha de ação são:

C.1) Agendas Temáticas

"Primavera X" e V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente	A Primavera X é uma grande campanha que estimula que nos dias 22 e 23 de setembro de 2018 ocorram ações simultâneas para colocar em prática cuidados necessários com os corpos hídricos do país. V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA , ocorreu de 15 a 19 de junho de 2018, em Sumaré - SP, e reuniu estudantes (representantes de 23 estados), na faixa etária de 11 a 14 anos, acompanhantes adultos, professores, jovens facilitadores, especialistas e equipe técnica, totalizando cerca de 600 participantes.
Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF	Referenciado na Lei nº 9795/99. O PEAAF é um Programa de EA elaborado especificamente para o público envolvido com a agricultura familiar. Por meio do desenvolvimento de ações educativas, busca-se a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais.
Resíduos Sólidos	Lei nº 12305/10, articulada com a Lei nº 9795/99 e decreto nº 7404/10. O ponto central da Política Nacional de Resíduos Sólidos é transformar o que era visto como uma reta num ciclo onde as pontas se juntam. É o princípio da gestão integrada na qual quem legisla, quem produz, quem consome, quem recicla e quem cuida do destino final são corresponsáveis porque tudo o que vai, volta.
Unidades de Conservação - ENCEA	A ENCEA é considerada um instrumento orientador que deve ser efetivamente utilizado por todos gestores e demais atores e instituições envolvidos com o planejamento e a execução de ações de comunicação e EA em unidades de conservação e seu entorno. É importante frisar que esta política pública deve se caracterizar como um primeiro passo para que a elaboração de documentos e políticas abranjam a diversidade de áreas destinadas à conservação ambiental e à ocupação por minorias étnicas.
Juventude e Meio Ambiente	A Coordenação de Juventude foi criada em 2013 para implementar o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) no Ministério do Meio Ambiente, instituído pela Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015, que ficou em consulta pública de 12 de agosto a 30 de novembro de 2015. O PNJMA é orientado pelos princípios do Estatuto da Juventude, lei brasileira aprovada em 2013, que garante aos Jovens o direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.
Coletivos Educadores	Trabalha com: FORMAÇÃO DE EDUCADORES; POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; EDUCOMUNICAÇÃO e GESTÃO.
Mudanças Climáticas	A chave para a formulação e a implementação de políticas públicas de EA, em tempos de Mudanças Climáticas, deve estar centrada nas transformações humanas, propondo alternativas para o modelo e a cultura materialistas que colocam em risco a humanidade. Nesse sentido, a premência da EA diante desse cenário que se projeta, tem que ser de mobilização e engajamento pela vida.
Saneamento	O Grupo de Trabalho Interinstitucional de EA e Mobilização Social em Saneamento (GTIEAMSS) lançou em 2009, durante reunião ordinária do Conselho das Cidades, realizada em Brasília, um conjunto de materiais, nas versões digital e impressa, visando subsidiar o trabalho de educadores ambientais e responsáveis pelo desenvolvimento de projetos socioambientais nos empreendimentos de saneamento apoiados com recursos federais e de fundos públicos.
Gerenciamento Costeiro	Lei nº 7661/88 – Decreto 5300/04. Foi estabelecido que dentro do gerenciamento costeiro devesse ser criado, mantido e implementado programas de: EA integrado às atividades de conservação da biodiversidade;

	de zoneamento ambiental; de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras; de gerenciamento de resíduos; de gerenciamento costeiro; de gestão de recursos hídricos; de ordenamento de recursos pesqueiros; de manejo sustentável de recursos ambientais; de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental.
Licenciamento Ambiental	O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6.938, Art 9º, Inciso IV). Atualmente, o principal marco legal sobre a EA no âmbito do Licenciamento Ambiental é a Instrução Normativa do IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012, que estabelece as bases técnicas para programas de EA apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA. Com a instituição dessa Instrução Normativa o IBAMA passou a dispor de procedimentos claros e objetivos para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações de EA desenvolvidas no contexto do licenciamento.

C.2) Cursos de educação a distância do MMA - ead.mma.gov.br

Estruturação da Gestão Ambiental Municipal	80h
Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental – Conhecer, Fortalecer e Articular	60h
Apoio à implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios	120h
Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar Informação	180h
Educação Ambiental e Comunicação nas Unidades de Conservação: estratégias que fazem a diferença	70h
Tornar a Unidade de Conservação visível: estratégia para promover articulações e captar recursos	25h
Conflitos em Unidades de Conservação: estratégias de enfrentamento e mediação	25h
Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental para Espaços Educadores	60h
Participação Social e Cidadania Ambiental: fortalecer a democracia para promover a sustentabilidade	90h
Educação Ambiental e Mudanças do Clima	90h
Educação Ambiental e Mudanças do Clima para Gestores	30h
Água e Educação Ambiental	60h
Juventudes, Participação e Cuidado com a Água	30h
Educares - Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos	60h
Introdução ao Geoprocessamento	60h
Orientações para elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	20h
Guia para a Produção de Conteúdos EAD	20h
Processo de tutoria aplicado ao Ambiente Virtual do MMA	12h
Produção e Consumo Sustentável	40h
Crianças e o Consumo Sustentável	30h
Estilos de vida sustentável	30h
Igualdade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável	20h
Sustentabilidade na Administração Pública	12h

C.3 Pronatec

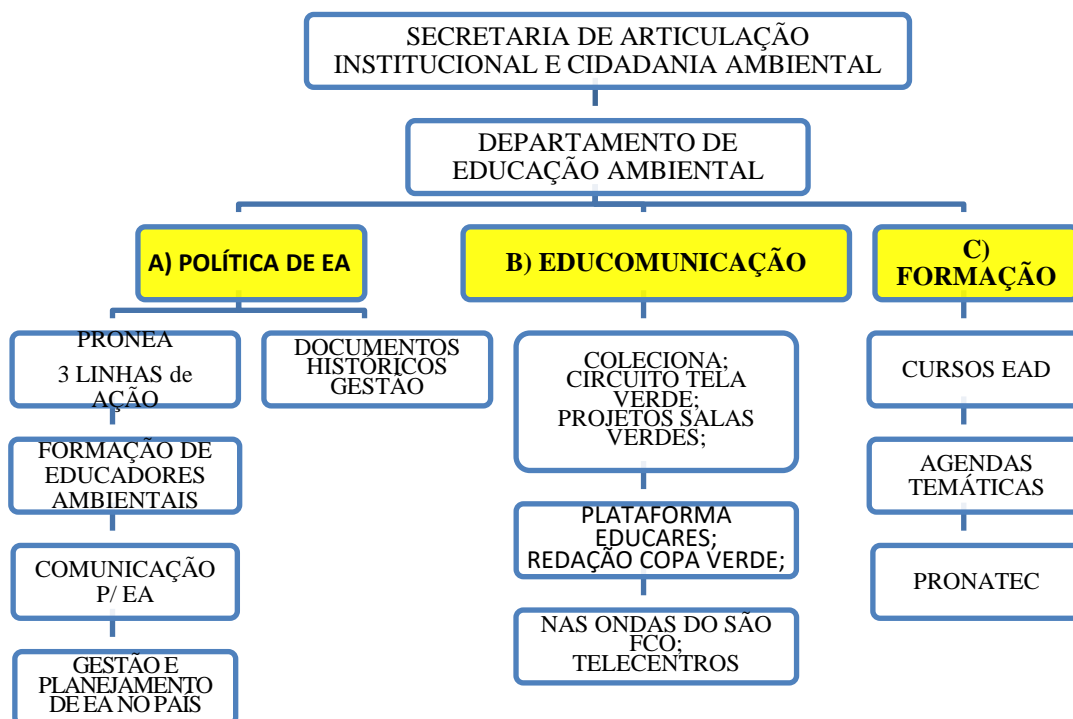
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O MMA passou a demandar, em 2014, vagas em cursos do Pronatec, em especial o Bolsa Formação. O Bolsa Formação oferece, gratuitamente, cursos de

Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio. O objetivo é aumentar a oferta de cursos profissionalizantes na área, contribuindo com o desenvolvimento sustentável.

São três modalidades da Bolsa-Formação, que se articulam com as políticas ambientais: PRONATEC AMBIENTAL; PRONATEC BOLSA VERDE-EXTRATIVISMO; PRONATEC CATADOR.

Na figura 4 tem-se o organograma do DEA:

Figura 4. Organograma do Departamento de Educação Ambiental - DEA



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no site MMA

3.2 Grupos de Interesse

Historicamente o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA é o mais importante instrumento de financiamento da EA no Brasil, sendo a EA uma de suas áreas temáticas. O fundo vem financiando, ao longo de sua existência, inúmeros projetos de EA e outros, tendo como objetivo desenvolver projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental.

Existem também outras instituições, públicas e privadas, que possuem interesse no financiamento para o desenvolvimento da EA no Brasil apresentados no quadro 2:

Quadro 2. Grupos de Interesse em EA.

Fundos públicos. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); Fundo de Mudanças Climáticas (Fundo Clima); Fundo Amazônia; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (FSA Caixa); Fundo Nacional de Compensação Ambiental (FNCA); Fundo de Direitos Difusos (FDD).
Financiamentos públicos setoriais. Recursos Hídricos; Agência Nacional de Águas (ANA); Fundo de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Fehidro); Agências de Bacias Hidrográficas; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT); Fundo Nacional da Educação (FNDE); Saneamento Básico Resíduos Sólidos; Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA); Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Fundo Social do BNDES; Ministério da Saúde/Fundação Nacional da Saúde (Funasa).
Fundos estaduais. Fundo Conservação Ambiental e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Fecam); FUNDOS PRIVADOS E FUNDAÇÕES; Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); Tropical Forest Conservation Act (TFCA); Fundo de Áreas Protegidas (FAP); Fundo da Mata Atlântica do Rio de Janeiro (FMA); Fundo Amapá; Fundo Cidades Sustentáveis; Fundo Kayapós; Fundo Pater Suruí; Fundo Dema; Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS); Fundo Vale; Fundo de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos); Fundo Socioambiental Casa; Fundo Brasil de Direitos Humanos; Fundação SOS Mata Atlântica; WWF-Brasil; Fundação Boticário; Fundação Banco do Brasil (FBB); Um exemplo: Fundação Amazonas Sustentável; Conservation International (CI Brasil); Fundo Itaú Excelência Social (Fies).
Recursos privados e investimento social privado – ISP. Investimento social privado e o investimento público; Potenciais fontes privadas para a educação ambiental; Alcoa; Bradesco; Brasken; Fibria; Internacional Paper; Klabin; Petrobras; Suzano papel e celulose; Veracel; Unilever; Unimed.
Recursos internacionais. Fundo Verde para o Clima (CGF); Global Environmental Fund (GEF); Agência Brasileira de Cooperação; Agência Internacional do Japão (Jica); Cooperação Brasil-Alemanha; Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ); Cooperação Brasil-Espanha (Aecid); Cooperação Brasil-Noruega; Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID); Agências Multilaterais de Cooperação; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma); União Europeia (EU); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (Fonplata); Banco Mundial – Bird; Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Fonte: BRASIL, MMA, 2017

3.3 Mídia

Celebridades e ativistas do meio ambiente no Brasil são capazes de chamar grande atenção da população e dos meios de canais de comunicação de massa, assim como das redes sociais, para ações em prol ao meio ambiente, levando conhecimento e EA a um grande público de seguidores. A seguir estão apresentados cinco atores mais atuantes, entre tantos:

Gisele Bundchen. Há mais de seis anos, a Embaixadora da Boa Vontade do PNUMA tenta chamar atenção para o que vem acontecendo com o meio ambiente. No final de 2008, Gisele criou com sua família o Projeto Água Limpa, que visa

implementar ações de gestão ambiental sustentável e promover a recuperação da mata ciliar das microbacias de Horizontina e Tucunduva (RS), região onde nasceu.

Letícia Sabatella. A atriz é ativista na luta pelos direitos dos povos indígenas e dirigiu o documentário “Hotxuá” sobre a tribo Krahô, do Tocantins. Além disso, sua luta se estende às causas político-ambientais, sendo marcante a participação da atriz no Movimento Sem Terra. Ela também atuou na campanha “Tamuaté-aki”, que cobra de políticos e autoridades mais respeito aos direitos adquiridos pelos povos indígenas e defende a demarcação de suas terras.

Christiane Torloni. Defensora na luta pela preservação da Amazônia, Christiane Torloni esteve a frente do projeto "Amazônia para sempre". O projeto visava conscientizar a população sobre a importância da floresta brasileira e sua fauna, além de alertar sobre a real situação da Amazônia. Em 2009, a atriz recolheu mais de um milhão de assinaturas para que fossem tomadas medidas contra o desmatamento da floresta Amazônica e entregou para o então presidente.

Marcos Palmeira, agricultor-ator. O ator possui uma fazenda agroecológica que é referência em sustentabilidade e alimentos orgânicos. Marcos Palmeira criou o PAIS - Produção Agrícola Integrada Sustentável, juntamente com o SEBRAE. É um sistema de produção agroecológica que consiste na utilização de energia solar e já beneficiou mais de dez mil famílias. A ideia principal do projeto é suprir a carência de alimentos e permitir que as famílias gerem renda com a própria produção, sem uso de agrotóxicos e incentivando o reflorestamento.

Victor Fasano. Protetor de animais em extinção. Desde 1985, o ator está à frente do Criadouro Tropicus - Associação Cultural, Científica e Educacional, que cria e reintroduz espécies em extinção na natureza. O ator criou o site “Agente Ambiental”, que desenvolve projetos de monitoramento ambiental cuja base é a ação individual. Fasano também é conselheiro de Biodiversidade da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e, por todo o engajamento, recebeu o prêmio “Verde das Américas”, no VII Encontro Verde das Américas.

3.4 Agentes Internacionais, ThinkTanks e consultores acadêmicos

Segundo Rey (2014), os Agentes Internacionais, como: Banco Mundial e FMI, assim como algumas ONG's ambientais, não necessariamente internacionais são grandes influenciadores e propulsores de Políticas Públicas em EA. Também as

organizações denominadas como ThinkTanks, organizações de pesquisa, experts e consultores acadêmicos configuram um grupo para pesquisa multidisciplinar especializada buscando a melhor solução.

3.4.1 ONG's Ambientais

As ONG's Ambientais mais atuantes no Brasil são as que se apresentam no quadro 3:

Quadro 3. ONG's ambientais no Brasil

1 – Conservação Internacional Brasil. Criada em 1990, a Conservação Internacional (CI-Brasil) é uma Organização não-governamental sem fins lucrativos que contribui para a criação, execução, monitoramento e implementação de novas políticas relacionadas ao meio ambiente e o desenvolvimento.
2 – WWF-BRASIL. É uma das mais antigas Ongs ambientais brasileiras, atuando desde 1971, apensar de ter sido oficializadas apenas em 1996. Com sede em Brasília, elabora e executa projetos em todo país. Além de fazer parte da Rede WWF de conservação da natureza, que atua em mais de 100 países e conta com o apoio de aproximadamente 5 milhões de pessoas.
3 – Instituto Socioambiental (ISA). É uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, mas atua também em Brasília, Manaus, Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira, Canarana e Altamira. Essa é uma das poucas Ongs ambientais brasileiras que além de cuidar da natureza, procura preservar também a vida e cultura indígena brasileira.
4 – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. A Renctas é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1999, com sede em Brasília. Como parte das Ongs ambientais brasileira procura estabelecer parcerias com a iniciativa privada, o poder público e o terceiro setor. Atuando na agindo na promoção da conscientização ambiental da sociedade, apoio e incentivo de criação de políticas públicas, apoio aos órgãos de controle e fiscalização ambiental, e favorece a conservação das espécies silvestres.
5 – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. É uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1992, relacionada a comunidade científica, entidades de fomento internacionais e corporações nacionais. Ao longo dos anos a FBDS procura reconhecimento da sociedade civil, governo, empresas, instituições internacionais e imprensa, como uma das três principais instituições brasileiras independentes voltadas para o meio ambiente e sustentabilidade.
6 – Greempeace. É uma instituição que atua em nível global, em diversos países. Seu objetivo: fazer com que as pessoas adquiram novos hábitos e respeitem o meio ambiente em que vivem. Defende ações e desenvolvimento sustentável, que auxiliem a necessidade do Homem com a necessidade da Natureza. Ao todo, estimam-se que 3 milhões de pessoas façam parte desse projeto. Sendo que não aceita doações de empresas, governos ou partidos políticos. Atuam em três frentes: na questão da agricultura e alimentação, Amazônia e Clima e Energia. No site da ONG você encontra informações diárias sobre os temas relacionados ao meio ambiente.
7 – Sikana. É uma organização sem fins lucrativos com a missão de equipar pessoas com habilidades práticas e disseminar a conscientização sobre saúde e meio ambiente através de programas de vídeo educacionais multilíngues gratuitos. A proposta desde o início, era criar vídeos educativos para melhorar a vida das pessoas. Por isso, ela é conhecida como uma plataforma de educação colaborativa. No site podem-se acompanhar vídeos sobre os seguintes temas: salvar vidas, agricultura urbana, segurança no trânsito, amamentação, epidemias, entre outros.
8 – Water. Essa organização, fundada por Gary White e o ator americano Matt Damon, presente em 14 países, é voltada para questão da água mais segura e saneamento básico, algo primordial em nosso dia a dia e quem nem todos têm acesso. A ONG frequentemente lança campanhas. Uma das campanhas que ocorre ainda hoje, em parceria com a marca Stella Artois é a campanha #1cálce5anos para levar desenvolvimento e acesso à água potável para comunidades carentes desse recurso, por meio da compra de cálices exclusivos da marca.
9 – IPE. O Instituto de Pesquisas Ecológicas atua junto a proteção da biodiversidade brasileira. No portal

deles podemos encontrar pesquisa científica e inovação socioambiental, ações de impacto com participação comunitária. Há também no site os cursos que são disponibilizados pelas ESCAS – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. Eles compartilham conhecimento, além de formar líderes para a conservação e desenvolvimento sustentável.

10 - SOS Amazônia. A entidade foi criada na década de 1980, época em que o desmatamento da Amazônia passou a ser divulgado internacionalmente e os seringueiros no Acre eram ameaçados por estar empinando a devastação das florestas. Dessa forma, tem o objetivo de “promover a conservação da biodiversidade e o crescimento da consciência ambiental na Amazônia”. Ela atua em três linhas de proteção que são: as áreas protegidas, políticas públicas e educação ambiental. No site você encontra os projetos que estão ocorrendo, além de notícias relacionadas à Amazônia.

11 - Instituto Sócio Ambiental – ISA. Fundado em 1994 para propor soluções a questões sociais e ambientais, o ISA defende bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Osciop – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – com sede em São Paulo (SP) e sedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA). Suas áreas de atuação são: Defesa dos direitos socioambientais, monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas, pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais, desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental e fortalecimento institucional dos parceiros locais.

12 - Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. Essa fundação nasceu em 1990 e tem como objetivo proteger a natureza brasileira. No site que é bem completo além de encontrar notícias relacionadas a este tema, é possível ver editais que selecionam projetos da área. E mais, a fundação atua junto a reservas naturais, e conta com projetos como Estação Natureza, Gastronomia responsável, e mudanças climáticas. Você ainda tem a oportunidade de atuar como voluntariado junto à fundação.

13 - The Nature Conservancy – TNC. Presente em mais de 35 países, um dos pilares dessa ONG é: “garantir melhor qualidade de vida para as futuras gerações”. Por isso, no Brasil as ações são mais voltadas para a Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Acessando o site, na sessão Nossas Iniciativas há projetos sobre: Coalizão Cidades Pela Água, Pecuária Sustentável, Cacau Floresta, Agricultura Sustentável, Infraestrutura, Gestão de Terras Indígenas, Restauração Florestal. Ainda há notícias sobre temas ambientais.

14 – Akatu. O Instituto nasceu em 2001, é uma organização sem fins lucrativos focada na conscientização e mobilização da sociedade para o consumo. Ou seja, ele trabalha para mudar o comportamento da sociedade, em busca do consumo sustentável. Em parceria com empresas, organizações não governamentais, escolas e meios de comunicação, o Akatu desenvolve ações em duas frentes de atuação: “Educação e Comunicação”, com o desenvolvimento de campanhas, conteúdos e “metodologias, pesquisas e eventos”. Inclusive o site pode ser acessado para encontrar notícias sobre assuntos como: água, alimentos, bem-estar, energia, mudanças climáticas, entre outros.

15 – Observatório do Clima. O Observatório do Clima é uma rede de 37 entidades da sociedade civil brasileira, que congrega as ONGs brasileiras mais importantes na atuação da defesa do meio ambiente, formada com o objetivo de discutir as mudanças climáticas no contexto brasileiro, mais especificamente o aquecimento global. A rede foi fundada entre 22 e 23 de março de 2002 na Fundação Getúlio Vargas, e apesar de manter seu foco no aquecimento global, o Observatório atua também em muitas outras áreas da problemática ambiental, como a crise hídrica e energética, as políticas públicas e o desmatamento, que estão intimamente ligadas ao desafio do aquecimento. **Os membros da rede são:** Amigos da Terra Amazônia Brasileira, APREC Ecossistemas Costeiros, APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida, CARE Brasil, COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Conservação Internacional Brasil, FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Fundação Avina, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Greenpeace Brasil, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Hospitais Saudáveis, IBio – Instituto BioAtlântica, ICLEI LACS – Governos Locais pela Sustentabilidade, IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, IEMA – Instituto de Energia e Meio Ambiente, IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, Iniciativa Verde, ICV – Instituto Centro de Vida, IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, AMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto Ecoar para Cidadania, Instituto Ecológica, ISA – Instituto Socioambiental, IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, SBDIMA – Sociedade Brasileira de Direito Internacional do Meio Ambiente, SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia, SOS Amazônia, SOS Mata Atlântica, SOS Pantanal, SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, The Nature Conservancy – Brasil e WWF Brasil.

3.4.2 ThinkTanks

Think Tanks são instituições que se dedicam a produzir e difundir informações sobre temas específicos. Seus objetivos são influenciar ideias na sociedade e decisões na política. Em um mundo cujos problemas políticos e sociais são complexos e os cidadãos muitas vezes não têm tempo para se aprofundar nas discussões, os Think Tanks se apresentam como defensores de alguma solução. A expressão, do inglês, geralmente é traduzida para o português como ‘laboratório de ideias’.

Os Think Tanks atuam para influenciar decisões políticas e a opinião pública, Think Tanks reúnem especialistas que elaboram estudos sobre determinados temas e publicam os resultados. Sua atuação pode tanto ser mais técnica, buscando isenção nas recomendações, como assumir pressupostos religiosos ou ideológicos – sejam eles liberais, conservadores ou social-democratas. A expansão do acesso à internet possibilitou que Think Tanks criassem sites e passassem a disseminar suas ideias para o público geral com mais facilidade.

O relatório da Universidade da Pensilvânia, que apresenta as Think Tanks com atuação mais relevante no mundo, cita 15 instituições brasileiras. O índice é obtido a partir de critérios como reputação da instituição, capacidade de fazer pesquisas independentes – sem que os resultados sejam influenciados por partidos ou empresas – e o impacto entre acadêmicos e políticos.

No Quadro 4 apresenta-se a quantidade de Think Tanks nos continentes:

Quadro 4. 2018 Think Tank statistics global distribution of think tanks by region and number of think tanks in the world 2018

REGION	NUMBER OF THINK TANKS
EUROPE	2219
NORTH AMERICA	2058
ASIA	1829
SOUTH & CENTRAL AMERICA	1023
SUB-SAHARAN AFRICA	612
MIDDLE EAST & NORTH AFRICA	507
TOTAL	8.248

No Quadro 5 apresentam-se os 15 países que mais possuem Think Tanks, o Brasil destaca-se na 11ª posição:

Quadro 5. Countries with the largest number of think tanks

Posição	País	Quantidade de ThinkTanks
1	United States	1871
2	India	509
3	China	507
4	United Kingdom	321
5	Argentina	227
6	Germany	218
7	Russia	215
8	France	203
9	Japan	128
10	Italy	114
11	Brazil	103
12	Canada	100
13	South Africa	92
14	Sweden	90
15	Mexico	86

A seguir segue as organizações brasileiras de destaques no ano de 2018, de acordo com o relatório da Universidade da Pensilvânia, ‘2018 Global Go To Think Tank Index Report’, de McGann (2019), de acordo com sua classificação no ranking das 100 primeiras:

Quadro 6. Top think tanks in central and south america

Posição no ranking	THINK TANKS
1	Fundação Getulio Vargas (FGV)
3	Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)
8	Institute for AppliedEconomicResearch (IPEA)
11	BRICS Policy Center
13	Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)
17	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)
31	Núcleo de Estudos da Violência (NEV USP)
34	Instituto Millenium
54	Faculdade de Direito do Sul de Minas
69	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)
73	Instituto Liberdade (IL-RS)
78	Igarapé Institute
81	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

As Think Tanks no Brasil que se destacam na área ambiental de acordo com o relatório da Universidade da Pensilvânia, ‘2018 Global Go To Think Tank Index Report’, de McGann (2019) são: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Sustainable Development Brazilian Foundation; World Water Council Brazil; e, National Institute of Amazon Research.

3.4.3 Consultores acadêmicos

Finalizando o levantamento, com base nos atores sugeridos por Rey (2014), a seguir estão elencados os principais eventos acadêmicos em EA realizados nos anos de 2015 a 2018, assim como os principais autores que desenvolveram material de pesquisa neste mesmo período.

Quadro 7. Principais congressos e eventos de EA e seus organizadores que ocorreram no Brasil entre 2015 a 2018.

2015
<ul style="list-style-type: none"> • 4º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade – SIGABI: aconteceu entre os dias 04 à 08 de maio de 2015 na UFRRJ, cidade de Três Rios –RJ. E teve como eixos temáticos: Educação Ambiental, Mudanças Climáticas, Recuperação de Áreas Degredadas, Ecologia etc.As coordenadoras do evento foram: Dra. Michaela Alvim Milward de Azevedo (DCMA/ITR/UFRRJ) e Dra. Erika Cortines (DCMA/ITR/UFRRJ). • XII Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas: ocorreu do dia 20 a 22 de maio de 2015, em Poços de Calda – MG, e teve como objetivo discutir as questões ambientais, os eixos temáticos foram: Conservação do Solo e Recursos Hídricos, Educação Ambiental, Legislação e Direito Ambiental, entre outros. • Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – Congestas 2015: aconteceu em João Pessoa – PB, na Universidade Federal de Paraíba (UFPB) nos dias 09 a 11 de dezembro, teve como objetivo debater a importância da gestão ambiental. <i>Comissão Científica:</i> Ronilson José da Paz; Marília Carolina Pereira da Paz; Maria Deise das Dores Costa Duarte; Nyelson da Silva Nonato; Edivan de Oliveira e Danielle Machado Vieira.
2016
<ul style="list-style-type: none"> • II Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Interdisciplinar - COBEAI: aconteceu entre os dias 09 à 12 de novembro de 2016 em Juazeiro – BA, realizada pela Universidade Federal do Vale de São Francisco (UNIVASF). Teve como tema “Meio Ambiente: nosso desafio comum”. O <i>coordenador</i> geral foi o Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos. • V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial: ocorreu nos dias 08 à 11 de junho de 2016 em Fortaleza – CE, realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), buscou contribuir com a difusão de ideias e trabalhos por uma sociedade mais sustentável. O <i>Presidente</i> do evento foi o Edson Vicente da Silva (UFC) e o <i>Vice-Presidente</i> Adryane Gorayeb (UFC). • IV Congresso Nacional de Educação Ambiental: aconteceu entre os dias 20 à 23 de abril de 2016, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e teve como tema central “O Capital Natural na Economia Global”, envolveu vários eixos temáticos como: Educação Ambiental e Saúde, Fontes de Energia Renovável, Direito Ambiental, entre outros. O <i>Coordenador Geral</i> foi o Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos e o <i>Coordenador do Evento</i> foi o Prof. MsC Celso Sales Franca (UNIVASF).
2017
<ul style="list-style-type: none"> • Encontro Paranaense de Educação Ambiental (EPEA): Aconteceu em Curitiba –PR, nos dias 17, 18 e 19 de maio de 2017. O EPEA foi coordenado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), também contou com parceria de redes de educação ambiental e com outras instituições. O objetivo do evento foi debater e propor alternativas para os problemas sociais. <i>Coordenação Geral do Evento:</i> Marília Andrade Torales Campos UFPR – Setor de Educação; Cristina Frutuoso Teixeira UFPR – Setor de Educação; Yanina Micaela Sanmarco UFPR – Setor de Educação; Liliam Mello UFPR – Centro de Estudos do Mar e Vanessa Marion Andreoli UFPR – Setor Litoral. • III Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Interdisciplinar- COBEAI: aconteceu do dia 21 à 24 de novembro em Juazeiro-BA, teve como tema “Meio Ambiente e Responsabilidade

Social”. O *Coordenador geral do evento* foi o Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos e os Coordenadores do Evento foram: Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFS) e Prof. Celso Sales Franca (FACAPE).

- **IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – IX FBFA – IX Encontro Catarinense de Educação Ambiental – IV ECEA:** ocorreu do dia 17 à 20 de setembro de 2017, em Balneário Camboriú – SC, e teve como tema gerador “Uma releitura crítica das políticas da educação ambiental brasileira: Repercussões da Política (PNEA) e Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)”. *Comissão de Organização:* Prof. Esp. José Matarezi; Profa. MSc. Leila Andréia Severo Martins; Profa. MSc Dalva Sofia Schuch; Profa. MSc Helia Farias Espinoza; Profa. Dra. Yolanda Flores e Silva; Profa MSc Ana Cristina Bornhausen Cardoso; Profa. Dra. Tania Raitz; Prof. Dr. José Marcelo Freitas de Luna; Profa. Dra Mara Lucia Figueiredo; Profa. Dra. Irene Carniatto; Profa. MSc Liana Justen; Profa. Dra. Fátima Elisabeti Marcomin; Profa. Maria Benedita Prim; Prof. José Constantino Somme; Prof. Dr. Ivo Dickman; Prof. MSC. Ricardo Menezes; Sr. Humberto Geraldo Reolon; Sr. José Almerly Padilha.
- **3º Simpósio Regional de Educação Ambiental:** aconteceu no dia 29 de agosto de 2017 em Santana de Paraíba, e teve como objetivo estimular parcerias e criar redes de educação ambiental entre os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil.

2018

- **Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – Congestas 2018:** Ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de outubro, em João Pessoa - PB, na qual foi abordado sobre educação e mudanças climáticas. *Coordenação Geral:* José Marcelino Oliveira Cavalheiro UFPB; Luiz Antonio Pimentel Cavalcanti – IFBA; Rogério dos Santos Ferreira - IICA Brasil; Reinaldo Farias Paiva de Lucena - UFPB/Prodema; Ronilson José da Paz - IBAMA-PB/SEE e Vital José Pessoa Madruga Filho – UFPB.
- **IV Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Interdisciplinar:** esse evento ocorreu em Juazeiro – BA, do dia 04 à 06 de dezembro de 2018, na qual abordou os diferentes aspectos e problemáticas de educação ambiental no país e teve como tema “O Meio Ambiente como uma problemática Nacional”. O *Coordenador Geral* foi o Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos e o *Coordenador do Evento* foi o Prof. MsC Celso Sales Franca (UNIVASF).
- **VI Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial:** ocorreu na Universidade Federal do Amapá, em Macapá/AP, nos dias 26 à 29 de setembro de 2018. Teve como objetivo debater sobre a construção de uma sociedade mais sustentável. *Presidente* do Evento foi a Profª Drª. Daguiete Maria Chaves Brito (Campus Marco Zero – Universidade Federal do Amapá) e o *Vice-Presidente* foi o Prof. Dr. Francisco Otávio Landim Neto (Campus Binacional do Oiapoque – Universidade Federal do Amapá)

E por fim, as principais referências de autores em EA desde as décadas de 1970/1980 são: Michèle Sato; Genebaldo Freire Dias; Leonardo Boff; Roberto Crema; Gilberto Freyre; Fritjof Capra; Enrique Leff; Marcos Reigota; Mauro Grün; Mauro Guimarães; Marcos Sorrentino; Tozoni-Reis; Layrargues, entre outros.

Nos últimos anos, a produção científica sobre EA cresceu consideravelmente. Muitos nomes nessa temática surgiram e, entre os anos de 2015 a 2018, de acordo com a base de dados da Scielo, os autores que mais se destacaram na temática em EA foram: Almeida, R.; Andrade, D. F.; Araújo, D. C.; Arnaldo, M. A.; Avides, P. A.; Bacci, D.C.S.; Barchi, R.; Bertotti, J. L. F.; Beirão, N. E. S.; Biasoli, S. A.; Bona, R. M.; Borek, N.; Borges, M. G.; Braide, S. M.; Branco, E. A.; Carvalho, I. C. M.; Castellano, M.; D'Ávila, E.; Luca, A. Q. de; Diógenes, A.; Farah, M. F. S.; Farias, C. R. O.;

Ferreira, R. L.; Ferrete, R. B. A.; Figueiredo, J.; Freire, L.; Frizzo, T. C. E.; Gonzales, C. E. F.; Guimarães, M.; Placido, P. O.; Hacon, V.; Jaber, M. T.; Junior, J. C. C.; Kaplan, L.; Lamosa, R. A. C.; Layrargues, P. P.; Loureiro, C. F. B.; Luz, M.; Maranhão, R.; Marques, R.; Moraes, A. L.; Nefra, E.; Penido, Y. P.; Pereira, V. A.; Pimenta, L. B.; Placido, P. O.; Puggian, C.; Ramos, C. M.; Raymundo, M. H. A.; Reigota, M.; Rey, L.A.P.; Rissato, C. G.; Saisse, M. V.; Santana, L.C.; Sato, M.; Scatena, L. M.; Scherer, E.; Silva, L. D. R.; Silva, L. S.; Silva, M. P.; Silva, R. A.; Silva, S. A. O.; Sorrentino, M.; Souza, C. B.; Souza, M. C. S. A.; Suavé, L.; Tristão, J. A. M.; Tristão, V. T. V.; Venâncio, T. M.; Weil, A.; Yang, A. L. C.

Como constatado, alguns nomes referências que influenciaram muitos outros pesquisadores, ainda continuam produzindo na area, como: Michèle Sato, Marcos Reigota, Mauro Guimarães e Marcos Sorrentino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou um panorama da EA no Brasil entre os anos de 2015 a 2018. Buscou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental traçar a trajetória das Políticas Públicas em EA nos últimos anos.

Como constatado, a EA no Brasil, por meio de todos seus agentes, atores, instituições e organizações, nos anos pesquisados, apresentou um quadro estruturado, organizado, robusto para a implementação e difusão das políticas públicas em EA em todo o território nacional. Conclui-se que o Brasil possuía nos anos pesquisados uma EA consolidada, com projetos e programas que além da formação de agentes ambientais, também proporcionava a discussão e reflexão crítica em todas as camadas das sociedade.

Uma conquista que não pode se perder.

Tendo este relatório o objetivo de levantamento dos principais agentes e atores brasileiros em EA, no intuito de se realizar no futuro uma reflexão de como estava a EA no País antes do início do atual governo, conclui-se que este artigo atingiu o seu objetivo, uma vez que, esta pesquisa servirá de suporte de comparação de programas e projetos em EA no futuro. Espera-se que o rol aqui apresentado seja ampliado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F.de., et al. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em educação ambiental no Brasil. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 4, p. 817-832, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-73132014000400004>.

ARNALDO, M. A. SANTANA L.C. Políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em escolas de Ensino Fundamental. In: **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 599-619, 2018. <https://orcid.org/0000-0003-4973-2483>.

BARBOSA, V. **10 celebridades ativistas do meio ambiente**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/10-celebridades-ativistas-do-meio-ambiente/>. Acesso em: jul./2019

BRASIL. **Fontes de financiamento para educação ambiental**. Brasília, DF: MMA, 2017

BRASIL. **Ministério da Educação** (1997). Disponível em: <https://www.servicos.gov.br/orgao/http-estruturaorganizacional-dados-gov-br-id-unidade-organizacional-244>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao.html>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Programa Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. **V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial**. Disponível em: <https://congressoambiental.webnode.com/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. **VI Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/neamzg/vi-congresso-brasileiro-de-educacao-ambiental-aplicada-e-gestao-territorial/>. Acesso em: 25 jul. 2019

BRASIL. **Tornar-se visível: estratégia para promover articulações e captar recursos**. Brasília, DF: MMA, 2015

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Fontes de financiamento para educação ambiental. Brasília, DF: MMA, 2017

BRASIL. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos** (recurso eletrônico). Brasília, DF: MMA, 2018

Cardes. **IV Congresso Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://caerdes.blog.br/iv-congresso-nacional-de-educacao-ambiental-vi-encontro-nordestino-de-biogeografia/>. Acesso em: 25 jul. 2019

Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – **Congestas 2018**. Disponível em: <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2018/>. Acesso em: 25 jul. 2019

Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – **Congestas 2015**. Disponível em: <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2015/>. Acesso em: 25 jul. 2019

COUTINHO, G. de A. Políticas públicas e a proteção do meio ambiente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 51, mar 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4727. Acesso em: jun./2019

FLORES, P. **O que são ThinkTanks, e como eles influenciam a política.** Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/12/01/O-que-s%C3%A3o-think-tanks.-E-como-eles-influenciam-a-pol%C3%ADtica>. Acesso em: jul./2019

II Congresso de Educação Ambiental Interdisciplinar. **COBEAI 2016.** Disponível em: <https://cobeai.escolaverde.org/site/2016/index.php/>. Acesso em: 25 jul. 2019

III Congresso de Educação Ambiental Interdisciplinar. **COBEAI 2017.** Disponível em: <https://cobeai.escolaverde.org/site/2017/index.php/>. Acesso em: 25 jul. 2019

IV Congresso de Educação Ambiental Interdisciplinar. **COBEAI 2018.** Disponível em: <https://cobeai.escolaverde.org/site/2018/index.php/inicio>. Acesso em: 25 jul. 2019

McGann, James G. **2018 Global GoToThinkTank Index Report.** TTCSP Global Go To Think Tank Index Reports. University of Pennsylvania. 2019

PORTAL SANEAMENTO BÁSICO. **3º Simpósio Regional de Educação Ambiental.** Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/forum-brasileiro-de-educacao-ambiental/>. Acesso em: 25 jul. 2019

REUTER, S. **Celebridades que são ativistas de causas sociais ou têm ONGs.** Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/entretenimento/famosos/celebridades-que-s%C3%A3o-ativistas-de-causas-sociais-ou-t%C3%A3o-ongs/ss-AAxtXzA#image=9>. Acesso em: jul./2019

Eventos relacionados ao Meio Ambiente. **Revista de Educação Ambiental.** Disponível em: <http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2034>. Acesso em: 25 jul. 2019

REY, Lucas Antonio Penna. Políticas públicas de educação ambiental no Brasil: considerações acerca do processo de construção e desenvolvimento. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4156, 17 nov. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33628>. Acesso em: 2 ago. 2019

SARAVIA, E. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientação para a leitura. In: SARAVIA, E.; FERRAREZZI, E. (Organizadores). **Políticas públicas**; coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. vol. 1

SORRENTINO, M. BIASOLI S. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade n São Paulo**. Vol. 21, 2018, Artigo Original, 2018; 21: e00144

UNIVALI. IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – IX FBEA – IX Encontro Catarinense de Educação Ambiental – **IV ECEA.** Disponível em: <https://www.univali.br/eventos/meio-ambiente/Paginas/evento1198.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2019

ZANOTTI, M.G. **Top 5 – celebridades brasileiras que lutam pela causa ambiental.** Disponível em: <http://www.impactounesp.com.br/2017/01/top-5-celebridades-brasileiras-que.html>. Acesso em: jul./2019